

DECRETO Nº 066/2020

DATA: 15 de junho de 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de Saúde Pública decorrente do Coronavírus – COVID-19

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em especial, o disposto no artigo 10, II, da Lei Orgânica do Município.

Considerando a pandemia declarada pela OMS – Organização Mundial da Saúde em razão da grande expansão do vírus COVID 19 (Coronavírus) a nível mundial;

Considerando a Lei Nacional 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Lei Federal nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o Decreto Federal nº 10.212/2020, que promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional;

Considerando o Decreto Estadual n.º 4.319, de 23 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19;

Considerando medidas a serem realizadas conforme orientação do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná;

Considerando os primeiros casos confirmados no Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, o Comitê Municipal de Prevenção, Enfrentamento e Contingenciamento ao Coronavírus se reuniu e decidiu adotar novas medidas de enfrentamento;

Considerando que cabe ao Poder Público, de acordo com os princípios da prevenção e da precaução, adotar medidas administrativas para determinar a suspensão da realização de eventos ou atividades que possam representar risco à saúde pública, notadamente em período de mobilização pública visando ao acautelamento para evitar o contágio do vírus:

DECRETA

Art. 1º Fica determinado toque de recolher a partir das 21h até às 05h para todos os cidadãos que não possuam justificativa ou autorização para a circulação além deste horário.

§1º Em caso de descumprimento do toque de recolher, poderá ser aplicada a penalidade por infração de medida sanitária preventiva, prevista no art. 268 do Código Penal Brasileiro, sujeito ainda, as sanções administrativas previstas no artigo 14 deste Decreto.

§2º A justificativa de que trata o caput deste artigo, se refere a situações em que as pessoas estejam circulando para entrega ou compra de alimento, produtos e medicamentos, em trajeto de ida ou volta do trabalho ou situações de urgência e emergência vinculadas a saúde.

Art. 2º Fica mantida a proibição da circulação de pessoas que compõem o grupo de risco, especialmente idosos maiores de 60 (sessenta) anos e crianças menores de 12 (doze) anos.

Art. 3º Fica vedado o consumo de bebidas, alimentos ou qualquer outro produto e a permanência de pessoas nos bares, distribuidoras de bebidas e congêneres.

Parágrafo único. Fica autorizada, no caso dos bares e distribuidoras de bebidas a entrega de produtos no endereço do consumidor e venda no local.

Art. 4º Fica suspenso o atendimento noturno nos restaurantes e lanchonetes, autorizado apenas a entrega de produtos no endereço do consumidor e venda no local, sendo expressamente vedado o consumo e permanência no estabelecimento comercial.

Parágrafo único. Fica mantido o atendimento presencial apenas para o horário de almoço, considerado entre as 11h às 15h, observadas as demais medidas de prevenção já estabelecidas no Decreto Municipal nº 050/2020 e Plano de Contingência.

Art. 5º Fica proibido o consumo de alimentos e bebidas nas lojas de conveniência, vinculadas aos postos de combustíveis, sem prejuízo da observância das demais medidas já estabelecidas no Decreto Municipal nº 050/2020 e Plano de Contingência.

Art. 6º Fica proibido o atendimento sem prévio agendamento nos salões de beleza, barbearias, clínicas de estética, consultórios médicos, clínicas odontológicas de fisioterapia e afins, sendo vedada fila de espera dentro ou fora dos estabelecimentos.

Art. 7º Fica proibido, o consumo no local, nas sorveterias e congêneres, ficando autorizada a retirada do produto no local ou a entrega no endereço do consumidor, sendo expressamente vedada a permanência de cliente no estabelecimento comercial.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de que trata o *caput* desse artigo, deverão interditar os espaços destinados ao consumo e havendo possibilidade, deverão ser retiradas mesas e cadeiras.

Art. 8º Fica mantida a suspensão, para realização de eventos, shows e demais atividades públicas e privadas que impliquem aglomeração de pessoas no Município, sejam eles governamentais, artísticos, esportivos, culturais, sociais ou científicos e congêneres, bem como qualquer tipo de eventos e atividades em locais abertos ou fechados, com entrada gratuita, pagas ou a convites, inclusive para atividades empresariais e de prestação de serviços.

Art. 9º O comércio em geral deverá:

I – Permitir a entrada no estabelecimento comercial de apenas uma pessoa por família;

II - Realizar a higienização constante das maçanetas de portas externas e internas ou ainda, quando possível mantê-las abertas, para evitar o contato coletivo nas maçanetas.

Art. 10 Fica autorizada a Administração Pública Municipal a providenciar a sanitização periódica de vias, logradouros, prédios e passeios públicos onde houver maior fluxo de pessoas.

Parágrafo único. A periodicidade de que trata o *caput* será estabelecida, conforme necessidade apontada pelo Departamento de Vigilância Sanitária/Epidemiologia.

Art. 11 Compete aos estabelecimentos comerciais, industriais e pessoas de modo geral, o cumprimento de todas as medidas de prevenção vigentes, especialmente aquelas que proíbem a circulação de pessoas nos ambientes públicos e privados sem uso máscaras.

Parágrafo único. É de competência dos representantes legais dos estabelecimentos comerciais e industriais adotarem medidas para impedir a entrada e permanência de pessoas sem máscaras e/ou que integram o grupo de risco, especialmente idosos maiores de 60 (sessenta) anos e crianças menores de 12 (doze) anos no interior do estabelecimento.

Art. 12 Fica proibida, em qualquer hora do dia, a reunião de pessoas em vias, logradouros, canteiros e espaços públicos externos de modo geral para fins de lazer e consumo de bebidas e alimentos.

Art. 13 Fica determinado que as atividades desenvolvidas pela Administração Pública Municipal, deverão ocorrer de forma interna, sem atendimento direto ao público, sendo que os munícipes e demais interessados deverão protocolar seus pedidos ou obter informações por intermédio do e-mail: pmsjpalmeiras@gmail.com e do telefone (45) 3259-1150.

Art. 14 Em caso de descumprimento das medidas de enfrentamento a pandemia da Covid-19, estabelecidas pelos decretos municipais, serão aplicadas sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as seguintes penalidades alternativa ou cumulativamente:

I - Notificação preliminar (Anexo I, deste Decreto);

II - Multa;

III - Apreensão de material, produto, mercadoria ou alimento;

IV - Interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento;

V - Cassação do Alvará de Funcionamento e da Licença Sanitária e demais alvarás emitidos pela municipalidade.

§1º A imposição das sanções não fica sujeita à ordem em que estão relacionadas nos incisos deste artigo.

§2º Quando forem aplicadas as sanções previstas nos incisos II a V, deste artigo, será lavrado auto de infração nos termos do anexo II deste Decreto.

§3º Quando da aplicação de qualquer sanção, a regularização deverá ocorrer de forma imediata por se tratar de pandemia que resulta em risco à saúde pública, sob pena de interdição até que sejam sanadas todas as irregularidades.

§4º Em caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III, IV e V, deste artigo, a devolução dos itens apreendidos, o retorno regular das atividades e emissão de alvará e respectivas licenças, ficam condicionadas à regularização e cumprimento das medidas impostas.

Art. 15 As sanções constantes neste Decreto poderão ser aplicadas pelos Técnicos em Vigilância Sanitária, Fiscais Tributários, e aqueles designados por ato próprio pela autoridade competente.

Art. 16 A multa de que trata o inciso II, do Artigo 14, deste Decreto, deverá ser determinada por Unidade de Referência – UR e aplicada da seguinte forma:

I - quando constatada a infração de 1 (um) item: valor de 10 UR's;

II - quando constatada a infração de 2 (dois) a 3 (três) itens: valor de 15 UR's;

III - quando constatada a infração de 4 (quatro) a 5 (cinco) itens: de 25 UR's;

IV - quando constatada a infração de 6 (seis) ou mais infrações: 35 UR's.

Art. 17 Na reincidência do mesmo item, as multas serão aplicadas progressivamente, em dobro.

Art. 18 Em caso de emissão de auto de infração, poderá ser apresentado recurso administrativo, no prazo de 2 (dois) dias úteis ou poderá ser solicitado pelo autuado a emissão de Documento de Arrecadação Municipal DAM.

§1º O recurso administrativo deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde via email, no endereço eletrônico: saude@sjpalmeiras.pr.gov.br.

§2º O recurso administrativo será analisado em até 2 (dois) dias úteis e respondido ao mesmo endereço eletrônico utilizado pelo recorrente.

§3º A emissão do Documento de Arrecadação Municipal DAM, deverá ser solicitada junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização, por meio do endereço eletrônico: pmsjtributacao1985@hotmail.com.

§4º O prazo de pagamento da multa será de 15 (quinze) dias, contados da emissão de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

§5º Em caso de não apresentação de recurso ou solicitação e pagamento da DAM, o valor da autuação será inscrito em dívida ativa em favor do autuado.

§6º No prazo do recurso o autuado poderá desistir deste, solicitando junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização o Documento de Arrecadação Municipal-DAM no valor da infração pelo email: pmsjtributacao1985@hotmail.com.

§7º Em caso de indeferimento do recurso, será encaminhado ao autuado, junto com a comunicação do indeferimento, Documento de Arrecadação Municipal-DAM no valor da infração para recolhimento.

Art. 19 A arrecadação decorrente das multas aplicadas em razão deste Decreto, será destinada integralmente ao Fundo Municipal da Saúde, podendo ser utilizada para a implementação das medidas de enfrentamento a COVID-19.

Art. 20 As medidas de enfrentamento a COVID-19, estabelecidas em Decretos anteriores não tratadas por este Decreto permanecem em vigor.

Art. 21 Este Decreto poderá ser alterado conforme necessidade ou solicitação de novas medidas pelo Comitê Municipal de Prevenção, Enfrentamento e Contingenciamento ao Coronavírus.

Art. 22 Este Decreto entra em vigor em 15/06/2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, 15 de junho de 2020.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR

Prefeito Municipal

ANEXO I
NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33 com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 979, Centro, São José das Palmeiras - PR.

NOTIFICADO: _____ ,
com endereço na _____, neste Município e Comarca,
inscrito (a) no CNPJ/MF ou CPF sob n.º _____.

OBJETO DA NOTIFICAÇÃO: Fica o contribuinte acima identificado, notificado para regularizar a infração abaixo discriminada.

INFRAÇÃO CONSTATADA:

Data da infração: ____/____/____ Hora: ____:____

Local da infração: _____

A não regularização da infração apontada no prazo determinado, implicará em nas sanções previstas no artigo 14, do Decreto Municipal n ° 066/2020.

Prazo para regularização: _____

Fiscal: _____

Recebido em ____/____/2020

Nome do Notificado: _____.

Assinatura Notificado ou Representante legal: _____.

RG ou CPF: _____

ANEXO II
AUTO DE INFRAÇÃO

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33 com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 979, Centro, São José das Palmeiras - PR.

AUTUADO: _____,
com endereço na _____, neste Município e Comarca,
inscrito (a) no CNPJ/MF ou CPF sob n.º _____.

OBJETO DA AUTUAÇÃO: Fica o contribuinte acima qualificado, autuado da infração abaixo discriminada.

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO:

Diante da constatação do fato e pela infração acima descrita, combinado com art. 14 do Decreto Municipal nº 066/2020, fica aplicada a penalidade de multa no valor de _____URs.

Interdição do Estabelecimento: Sim () () Não

Apreensão de material, produto, mercadoria ou alimento: () Sim () Não

Qual: _____

Poderá ser apresentado RECURSO deste auto de infração, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados de sua emissão, por intermédio do e-mail: saude@sjpalmeiras.pr.gov.br.

No prazo do recurso o autuado poderá desistir deste, solicitando junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização o Documento de Arrecadação Municipal - DAM no valor da infração pelo email: pmsjtributacao1985@hotmail.com.

Em caso de indeferimento do recurso, será encaminhado ao autuado, junto com a comunicação do indeferimento, Documento de Arrecadação Municipal - DAM no valor da infração para recolhimento.

O prazo de pagamento da multa será de 15 (quinze) dias, contados da emissão de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, sob pena de inscrição em dívida ativa, passível de cobrança judicial.

Fiscal: _____

Recebido em ____/____/2020

Nome do Notificado: _____.

Assinatura Notificado ou Representante legal: _____.

RG ou CPF: _____